

EXCLUSIVO: Produtores rurais denunciam invasões e crimes ambientais na Transamazônica, sudoeste do Pará

(Foto: Wilson Soares / A Voz do Xingu) – Mais de 800 hectares de floresta já foram devastados por invasores.

Produtores rurais da região da Transamazônica, no sudoeste do Pará, denunciam que estão sendo vítimas de criminosos que têm invadido suas propriedades e promovido derrubadas e queimadas em áreas de reserva legal.



Foto: Wilson Soares / A Voz do Xingu

Nas terras da família Junqueira, conhecidas como Fazenda Junqueira, localizadas no travessão do km 140 Sul, zona rural de Uruará, as invasões começaram em 2021 e têm se intensificado ao longo do tempo.

Segundo relatos dos proprietários e moradores locais, a maioria dos invasores já residia na região e possuía outras terras nas proximidades. Alguns, inclusive, além de invasores, seriam comerciantes da Vila Alvorada, localizada a poucos quilômetros das áreas invadidas.

“A Fazenda Junqueira possui toda a documentação das terras, e suas atividades são licenciadas pelos órgãos ambientais. Aqui geramos cerca de 40 empregos diretos, com criação de gado de corte e produção de cacau.

Todos os funcionários têm carteira assinada. É muito triste ver essa situação. O produtor é obrigado a manter 80% da área de floresta intacta, mas invasores chegam e destroem tudo”, afirma o administrador da fazenda.

Mesmo com toda a documentação regularizada, a propriedade tem sido alvo de ações criminosas constantes. Mais de 800 hectares de mata já foram derrubados e queimados pelos invasores, causando um dano ambiental irreparável.



Foto: Wilson Soares / A Voz do Xingu

“Para nossa surpresa, no sábado, por volta das 8h, oito homens, integrantes do grupo de invasores, vieram até aqui nos ameaçar, alegando que uma das lideranças havia sofrido violência e que seríamos os responsáveis. Desde o início das invasões, sempre buscamos os órgãos competentes para denunciar os fatos e cobrar providências.

Jamais houve, da nossa parte, qualquer ato ou ameaça de violência, nem mesmo verbal. Já procuramos a delegacia e registramos um boletim de ocorrência relatando o ocorrido. O jurídico da empresa também já protocolou o pedido de reintegração de posse”, afirmou o administrador.

Assim que os invasores começaram a cometer os crimes ambientais, os proprietários da área procuraram os órgãos competentes e denunciaram a situação.

Equipes da Operação Curupira, criada pelo Governo do Pará para combater o desmatamento, já estiveram várias vezes no local e constataram diversas irregularidades. Em uma operação da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA) de Altamira, um dos invasores foi preso em flagrante portando uma arma de fogo ilegal e uma motosserra.

Uma perícia realizada pela Polícia Científica do Pará, em 2024, revelou que árvores de espécies importantes estão sendo derrubadas.

“Há várias árvores da espécie castanheira, de nome científico *Bertholletia excelsa*, derrubadas e queimadas no local. Inclusive, foram encontradas árvores derrubadas de forma intencional por ação humana (possivelmente pelos ocupantes), com sinais recentes, no acesso utilizado pela Fazenda Junqueira para chegar ao local do novo acampamento, com o objetivo de impedir que os proprietários da fazenda acessem a área ocupada atualmente. A nova ocupação, diferente do que foi constatado em junho de 2024, quando se concentrava nas margens da Vicinal do Km 140 Sul, atualmente está localizada mais ao

fundo das propriedades, dificultando o acesso de equipes de Segurança Pública e Justiça, assim como o acesso de funcionários e proprietários da fazenda”, descreve o documento pericial.

Equipes do IBAMA também já estiveram no local, aplicando multas à Associação dos Pequenos Produtores Selva de Pedra, apontada como responsável pelos invasores e pela destruição da floresta. Além da multa, o IBAMA embargou a área ocupada, que está próxima à reserva indígena dos Araras. Apesar das sanções, os invasores seguem praticando atos ilícitos.

Ministério do Meio Ambiente - MMA
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
 NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

TERMO DE SUSPENSÃO			Número	Ação
			R648GFSJ	MXPE9IG
Data	Hora	Nº Auto de Infração	Nº Notificação	
21/11/2024	10:32	EUMQ1MGK		
Coordenadas Geográficas				
3°44'59,4"S 53°23'33,5"W				
Autuado			CNPJ	
Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Selva de Pedra do 140 Sul			46.850.488/0001-47	
Representante			CPF	
Reinaldo Carvalho Pereira				
Endereço				
Rodovia BR 230, Vicinal do 140 Sul			SEM NÚMERO	
Bairro	Município		CEP	UF
Zona Rural	Uruará		68.140-000	PA
INFRAÇÃO DE ACORDO COM OS				
Artigo	Inciso / Alínea / §	Lei/Decreto Número		
70	§ 1	Lei 9605		
Artigo	Inciso / Alínea / §	Lei/Decreto Número		
72		Lei 9605		
Artigo	Inciso / Alínea / §	Lei/Decreto Número		
3	II, VII, IX;	Decreto 6514		
Artigo	Inciso / Alínea / §	Lei/Decreto Número		
66		Decreto 6514		
Sanções indicadas				
multa simples; embargo de obra ou atividade suspensão parcial ou total das atividades				
Descrição da Infração				
Ficam suspensas quaisquer atividades de comércio de lotes ou instalação de novos membros na área embargada, de 3.030 hectares.				
Justificativa				
Área florestal sob júdice, sem licenciamento ambiental e localizada em entorno de Terra Indígena.				
Informações Complementares				
Área passível de regularização ambiental.				
Descrição da Localização				
Km 140 da BR 230, limítrofe à Terra Indígena Araras				

Termo de autuação do IBAMA contra a Associação dos Pequenos Produtores de Selva de Pedra

A situação preocupa o Sindicato dos Produtores Rurais de

Altamira (Siralta), que cobra uma ação mais efetiva do Poder Judiciário e do Governo do Estado.

“Invasões ferem o direito de propriedade. Invadir propriedade particular é crime. Existem outros meios lícitos que essas pessoas podem usar para reivindicar seus direitos e conseguir seu pedaço de terra junto aos órgãos competentes, como o Incra”, disse Jorge Gonçalves, presidente do Siralta.



Jorge Gonçalves – presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira – Siralta / Foto: Wilson Soares

Gonçalves afirmou ainda que o Sindicato tem levado o problema ao conhecimento dos órgãos competentes para que sejam tomadas providências. “Temos acionado os órgãos competentes para que, em união e de forma séria, o problema possa ser solucionado, permitindo que essas pessoas que trabalham há tanto tempo em suas propriedades, que investiram e gastaram de forma correta, possam continuar trabalhando”, concluiu.



Foto: Wilson Soares / A Voz do Xingu

Os proprietários das áreas invadidas esperam que os pedidos de reintegração de posse sejam apreciados com rapidez e resultem em uma solução pacífica para o problema, que tem gerado tensões crescentes na região. “Agora, estamos aguardando uma resposta da Justiça. Infelizmente, essas ações demoram tramitar na justiça e isso agrava ainda mais a situação e os prejuízos”, concluiu o administrador da fazenda Junqueira.

Fonte: Wilson Soares – A Voz do Xingu e Publicado Por:

<https://www.adeciopiran.com.br> em 11/01/2025/11:00:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog

<https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail:

<mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato

(93)98117- 7649 e-mai: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>